

# A primeira fala ao poder: a *Epístola sobre os servidores do califa*, de Ibn Almuqaffa<sup>c</sup>

Beatriz Negreiros Gemignani<sup>1</sup>  
Mamede Mustafa Jarouche<sup>2</sup>

**Resumo:** Escritor pioneiro nos gêneros literários de prosa árabe artística, Ibn Al-Muqaffa' é um consagrado escritor persa de língua árabe. Apresentamos neste artigo a tradução inédita ao português de seu tratado intitulado *Epístola sobre os servidores do califa*, junto à fixação do texto árabe, cuja escrita remonta aos meados do século VIII d.C. A epístola é considerada um documento histórico, na medida em que atesta as condições econômicas, sociais, jurídicas e políticas de sua época. O autor endereça a epístola ao califa e expõe os diversos problemas do califado pertinentes àquele momento histórico, propondo respectivas soluções. Dentre os principais assuntos levantados por Ibn Al-Muqaffa', destacam-se: a discussão sobre a arrecadação do imposto fundiário (*harāḥ*) ; questões de direito e autoridade do soberano; e a importância da escolha deliberada de seus servidores. O autor apresenta suas sugestões ao soberano com eloquência, numa linguagem por vezes obscura para o leitor contemporâneo, o que de fato podemos esperar de um texto de mais de 1.200 anos, cujas cópias certamente foram deterioradas ao longo dos séculos.

**Palavras-chave:** Ibn Al-Muqaffa', Literatura árabe, Tradução, Tratado político.

---

<sup>1</sup> Bacharel e Mestre em Língua e Literatura Árabe pela USP, com a dissertação *Estudo do vocabulário relacionado a poder e autoridade em Ibn-Almuqaffa'*. Estudou no Marrocos, na Jordânia, no Omã e no Egito.

<sup>2</sup> Professor de Língua e Literatura Árabe na USP.

THE FIRST SPEAKS TO POWER: *THE EPISTLE ON THE CALIPH'S ENTOURAGE*, BY IBN ALMUQAFFA<sup>c</sup>

**Abstract:** A pioneer writer in the literary genres of artistic Arabic prose, Ibn Al-Muqaffa' is a renowned Persian writer who writes in Arabic. In this article we present the unprecedented Portuguese translation of his treatise entitled the *Epistle on the Caliph's Entourage*, along with the fixation of the Arabic text, which dates back to the middle of the 8<sup>th</sup> century AD. The epistle is considered a historical document, insofar as it attests to the economic, social, legal and political conditions of its times. The author addresses the epistle to the caliph and exposes various problems of the caliphate pertinent to that historic moment, proposing respective solutions. Among the main issues raised by Ibn Al-Muqaffa', the following stand out: the discussion on the collection of land tax (*ḥarāj*); matters of law and authority of the sovereign; and the importance of deliberately choosing his subordinates. The author eloquently presents his suggestions to the sovereign using a language which is sometimes obscure for the contemporary reader. This is indeed expected from a text of more than 1200 years old, the copies of which have been certainly deteriorated over the centuries.

**Keywords:** Ibn Al-Muqaffa', Arabic Literature, Translation, Political treatise.

Em meados do século VIII d.C., na cidade de Basra, próxima ao centro do califado abássida<sup>3</sup>, ‘Abdallāh Ibn Almuqaffa’<sup>c</sup> escrevia a *Epístola sobre os servidores do califa*, aqui apresentada em tradução inédita ao português<sup>4</sup>. Verdadeira obra literária, esse tratado político representa também um documento histórico único para as condições e discussões políticas, econômicas, jurídicas e sociais de seu tempo. Trata-se, essencialmente, de

<sup>3</sup> O califado abássida tomou o poder em 749, após derrotar a dinastia omíada até então no poder, e transferiu a capital do califado de Damasco para Bagdá (em 762, quando a cidade foi construída, sendo que antes disso a capital foi Anbar), de forma que houve uma maior proximidade com os persas, incorporados no novo califado.

<sup>4</sup> Os primeiros estudos que iniciaram esta tradução foram realizados em 2013 na pesquisa de Iniciação Científica intitulada “*Epístola sobre os servidores do califa: tradução comentada*”, com o apoio do CNPq.

um documento administrativo que propõe medidas destinadas a assegurar a estabilidade do califado. Escrito em uma linguagem minuciosa, com estilo e conteúdo originais, o tratado atesta a sagacidade e a audácia singulares de Ibn Almuqaffa<sup>c</sup>. O autor endereça a epístola ao califa para expor as suas ideias sobre os principais problemas do governo naquele momento, aconselhando o soberano.

Ibn Almuqaffa<sup>c</sup> é um renomado escritor persa de língua árabe, conhecido como um dos criadores da prosa literária abássida. O autor foi pioneiro nos gêneros literários de *adab*, a prosa artística desenvolvida nas cortes, que envolve a formação e a instrução por meio da sabedoria literária, e que inclui, por exemplo, o gênero conhecido como *al'adab assultānī*, comumente chamado em português de “espelho de príncipes” – e de cortesãos, na medida em que também aconselha os servidores dos governantes. O seu livro mais conhecido, tanto entre os árabes como entre outros povos, é *Kalila e Dimna*, fabulário político traduzido do pálvai ao árabe, cujo original remonta à obra indiana escrita em sânscrito, o *Pantchatantra*<sup>5</sup>. Além disso, contribuiu para a literatura e o saber com diversos outros escritos, de temática política, ética e existencial, testemunhos da época em que foram redigidos. Ibn Almuqaffa<sup>c</sup> viveu momentos políticos bastante conturbados, desde a transição do fim do califado omíada, em 749, até as disputas pelo poder no nascente califado abássida, cuja instalação não foi isenta de instabilidades e confrontos armados. Desde o período omíada, e mesmo após a mudança da dinastia governante, ele atuou como secretário de governantes em diferentes localidades, e sua produção literária evidencia o seu grau de envolvimento nos eventos políticos que o circundavam.

Na época em que a *Epístola sobre os servidores do califa* foi redigida, o autor trabalhava como secretário de Isa Ibn Ali, tio do califa Almansur, em Basra. Enquanto a crítica literária e histórica tradicionalmente considera que tal epístola foi escrita durante o governo de Almansur (754-775), e endereçada a esse califa em particular, por causa de uma menção ali feita a

---

<sup>5</sup> O livro sânscrito *Panchatantra* (“Cinco tratados”) foi traduzido ao português por Maria da Graça Tesheiner, Marianne Erps Fleming e Maria Valéria Aderson de Mello Vargas, publicado em cinco volumes pela editora Humanitas.

Abu Alabbas<sup>6</sup> como já morto, o fato é que a epístola não cita nominalmente governante algum, o que levou o estudioso iraniano Arjomand (1994) a situar sua redação nos meses críticos após a morte de Abu Alabbas, antes de Almansur ser aclamado califa. Nesse período de instabilidade e conflitos, o chefe de Ibn Almuqaffa<sup>c</sup>, Isa Ibn Ali, havia tomado a liderança do governo e do tesouro público em Ambar, a sede do califado naquele momento, e seu irmão Abdallah Ibn Ali se autoproclamou o herdeiro designado por Abu Alabbas e o Comandante dos Crentes na Síria. Devido a tais fatores, conforme argumenta Arjomand, a epístola teria sido escrita como um “programa revolucionário” dirigido não para Abu Jafar Almansur, como em geral se supõe, mas sim para a facção dos tios<sup>7</sup>. O tratado pode ter sido posteriormente apresentado a Almansur, junto com o *amān*<sup>8</sup> (compromisso de garantia de vida) de Abdallah Ibn Ali durante as tensas negociações levadas a cabo em 754. Tendo obtido o *amān* – garantia de vida para Abdallah Ibn Ali e seus seguidores –, Sulayman e Isa Ibn Ali juraram obediência a Almansur.

Nota-se que, na redação da *Epístola sobre os servidores do califa*, Ibn Almuqaffa<sup>c</sup> apresenta os seus conselhos ao governante de forma que podemos considerar ousada para os padrões então vigentes, sobretudo quando se tem em vista a sua posição na sociedade: persa de origem, ele se

<sup>6</sup> Abu Alabbas (Abū Al‘abbās) foi o primeiro califa abássida, que reinou de 749 a 754. Seu sucessor foi Almansur (Abū Ja‘far Almanṣūr). A menção é a seguinte: *حتى إذا لقينا أبا العباس، رحمه الله عليه، وكنت في ناس من صلحاء لأهل البصرة ووجههم ḥattā idā laqaynā Abā Al‘abbās, raḥmatu Allāhi ‘alayhi, wakuntu fī nāsīn min ṣulāḥā’ li’ahlī albaṣrati wawujūhihim* Tradução: “Dessa forma, quando encontramos Abu Alabbas – que Deus o tenha em sua misericórdia – e eu estava em meio a pessoas devotas e notáveis da população de Basra”. Ademais, conforme comentário de CASSARINO, Mirella. *L’aspetto Morale e Religioso nell’Opera di Ibn-Almuqaffa’*. Soveria Mannelli: Rubbettino, 2000, p. 35, esta é a única menção de caráter biográfico dedutível de seus próprios escritos.

<sup>7</sup> O documento teria, então, sido escrito como um programa comum de ação para a facção dos tios enquanto Isa Ibn Ali (‘Isā Ibn ‘Alī) estava em controle de Anbar, para ser apresentado a Abdallah Ibn Ali (‘Abd Allāh Ibn ‘Alī) durante as negociações, ou teria sido escrito diretamente a Abdallah Ibn Ali depois que ele chegou a um acordo com seu irmão Isa Ibn Ali (‘Isā Ibn ‘Alī).

<sup>8</sup> A tradução do *amān* ao inglês foi realizada por MARSHAM, A.; ROBINSON, C.F. The safe-conduct for the Abbasid ‘Abd Allāh b. ‘Alī (d. 764), *Bulletin of Soas*, London, v. 70, n. 2, pp. 247-281, 2007.

convertera ao islã e se tornara “cliente” – *mawlā* – dos árabes, o que tornava o seu estatuto um tanto ou quanto inferior naquele momento. Destarte, especula-se que, conquanto afete profunda devoção e lealdade em sua “primeira camada” textual,<sup>9</sup> por assim dizer, algumas ideias expostas na epístola e o fato de o escriba ter ousado aconselhar o califa de modo direto, sem rebuços, podem ter contribuído para que este ordenasse a sua morte. Assim como o pedido de *amān* (a garantia de vida), a epístola teria despertado a cólera do califa, o qual, conforme se relata, teria ordenado, em segredo, o assassinato de Ibn Almuqaffa<sup>c</sup>, que foi executado de forma brutal pelo então governador de Basra, Sufyan<sup>10</sup>, que desde longa data nutria enormes ressentimentos contra o nosso autor.

<sup>9</sup> Nesse sentido, observamos que Ibn Almuqaffa<sup>c</sup> tem a preocupação de bem justificar seus conselhos, desenvolvendo muitas vezes um discurso tortuoso para evitar escrever uma ordem direta, além de ter dedicado uma considerável introdução ao elogio do califa. Logo, a linguagem do escriba tende mais à obscuridade do que à clareza, para que muitas de suas ideias que poderiam ser consideradas desrespeitosas não estejam claramente postas, mas somente aludidas de certa maneira. Além disso, somente em poucas passagens o autor se dirige diretamente ao califa, preferindo tratá-lo em terceira pessoa, e em certas passagens coloca o soberano como simples executor da vontade divina.

<sup>10</sup> Sufyān Ibn Mu‘āwiya Almuḥallabī foi designado governador de Basra por Abu Jafar Almansur, substituindo Sulayman. Ele nutria um antigo ódio pelo escriba, devido a acontecimentos que remontam ao período em que Ibn Almuqaffa<sup>c</sup> trabalhava em Kerman, na época do califado omíada. Conta-se que Sufyan teria enganado Ibn Almuqaffa<sup>c</sup>, introduzindo-o em sua casa, de onde nunca mais saiu. Quanto ao modo como teria sido morto, alguns afirmam que teria sido jogado e fechado em um poço, outros que teria sido introduzido e trancado em uma sauna até sufocar, e outros que, por causa do ódio que tinha a Ibn Almuqaffa<sup>c</sup>, Sufyan teria cortado seus membros um a um e jogando-os ao fogo, sob seus olhos. ĠURAYYIB, Jūrj. *‘Abdallāh Ibn Almuqaffa<sup>c</sup>: Dirāsa fī Al’adab wa Attārīḥ*. 2. ed. Beirute: Dār Atṭaqaḥa, 1971, p. 24. (Coleção: Silsilat Almuḥallabī fī Al’adab Al’arabī). A respeito do relato de sua morte, Gabrieli comenta que, ironicamente, o homem que havia codificado com tanta astúcia e prudência as normas do *savoir vivre* com os governantes e os poderosos caiu vítima da sua própria imprudência e da fidelidade em cumprir o dever diante dos patrões. GABRIELI, Francesco. *L’opera di Ibn-Almuqaffa<sup>c</sup>, Revista degli Studi Orientali*. Roma: Università di Roma, v. 13, pp. 197-247. 1931-1932, p. 247. Sourdel traduz diversas versões desse relato da morte e aponta para o fato de ser difícil relacionar sua execução com as acusações de heresia, conforme cogitado por outros críticos; além disso, ele duvida da autenticidade deste relato, que é mais repetido tardiamente pelas fontes. SOURDEL,

Quanto aos assuntos tratados na *Epístola sobre os servidores do califa*, destacam-se: questões jurídicas pertinentes à época; questões econômicas ligadas à arrecadação do imposto fundiário (*ḥarāj*); questões de direito e autoridade; e o argumento que deu título à epístola<sup>11</sup>, advertindo o califa sobre a atenção que se deve dar a seus servidores e sobre quem deve ocupar esse cargo. Ibn Almuqaffa<sup>c</sup> dedica os primeiros parágrafos da sua epístola ao elogio do califa (o “Comandante dos Crentes”), cujas virtudes são descritas em oposição aos defeitos dos governantes precedentes (os omíadas), ressaltando a devoção do califa ao bem-estar do povo, de modo que parece mais uma justificação apropriada para a epístola do que mera adulação. O primeiro – e mais longo – assunto a ser levantado na epístola é o exército: elogia os soldados de Khorasan (de origem persa), que são obedientes, virtuosos, íntegros e submissos, mas nota que há entre eles “tanto o líder excessivo e dispendioso como o subordinado indeciso e titubeante”. Portanto, sugere que o califa escreva uma garantia sucinta e eloquente que traga uma melhora da organização e da função do exército. A questão central dessa garantia seria a extensão e a natureza da autoridade religiosa do califa, a qual ele discutirá na sequência. Ibn Almuqaffa<sup>c</sup> define a esfera da legitimidade – na qual nenhuma interpretação é possível – e a esfera da autoridade do califa, para questões que exigem interpretação.<sup>12</sup> A esfera da legitimidade diz respeito ao cumprimento das sanções legais conforme o Alcorão e a Suna (a tradição do profeta Muḥammad). Já a esfera da autoridade deve ser aplicada a questões que exigem interpretação, na ausência de impedimentos religiosos. Ibn Almuqaffa<sup>c</sup> defende que o poder e a condução dos negócios são prerrogativa do califa e estão sujeitos a seu parecer, sugerindo que a interpretação se dê pelo parecer do governante, inspirado pela razão (*ʿaql*).

Ainda a respeito do exército, o escriba adverte o Comandante dos Crentes da atribuição de funções relacionadas ao *ḥarāj* (imposto aplicado sobre a terra ou seu produto) aos combatentes, pois a tarefa de arrecadar

---

Dominique. La biographie d'Ibn al-Muqaffa<sup>c</sup> d'après les sources anciennes, *Arabica*, v. 1, n. 3, pp. 307-23, set. 1954.

<sup>11</sup> Dos dois títulos atribuídos à epístola, *Risālat Aṣṣaḥāba* e *Risāla fī Aṣṣaḥāba*, o mais apropriado seria *Risāla fī Aṣṣaḥāba*, ou seja, epístola a respeito dos (*fī*) servidores ou colaboradores, que nesse contexto podem ser somente do califa.

<sup>12</sup> As questões sobre autoridade política e sua legitimidade foram as primeiras que dividiram os muçulmanos em escolas teológicas e políticas, muitas vezes opostas.

impostos leva à corrupção. Com base nisso, o escriba discorrerá sobre questões financeiras e sobre medidas para o califa continuar contando com apoio. O autor retoma o raciocínio de que muitos dos componentes do exército são virtuosos, muito embora não constituam ainda a presteza e força do exército, por serem subordinados a oficiais menos virtuosos. Assim, eles precisam ser instruídos nos ensinamentos islâmicos, tornando-se leais e modestos, e se afastando do luxo desnecessário. Tendo isso em vista, Ibn Almuqaffa<sup>e</sup> expõe a situação do soldo dos combatentes, explicando assim, indiretamente, como a arrecadação do *ḥarāj* leva à corrupção. O escriba propõe que se fixe uma data para o recebimento do soldo, a fim de evitar a impaciência e a reclamação por causa da espera, e que o soldo acompanhe as variações de preço sofridas pela agricultura no Iraque. Em outra seção, mais ao final da epístola, o autor retoma a questão da terra e do *ḥarāj*, advertindo o califa contra os fiscais abusivos que determinam a cobrança do imposto como bem entendem. Para suprimir a injustiça dos fiscais e garantir o bem-estar de todos, Ibn Almuqaffa<sup>e</sup> sugere que o califa estabeleça um pagamento fixo sobre os distritos rurais, registrando-o e consolidando-o.

Ademais, Ibn Almuqaffa<sup>e</sup> trata de questões de direito ao mencionar a situação do Iraque, na medida em que há divergências jurídicas entre as duas principais cidades do Iraque, Basra e Kufa, e mesmo dentro de uma mesma cidade, como é o caso de Kufa. O autor critica os cádis (juizes) que, fingindo observância da Suna, “tradição religiosa muçulmana”, baseiam seus julgamentos na prática dos omíadas, em vez da tradição do Profeta ou dos califas “corretamente guiados”. Como resolução para essas questões de direito pertinentes, muito vivas à época, Ibn Almuqaffa<sup>e</sup> sugere que as diferentes interpretações jurídicas regionais sejam analisadas pelo califa e unificadas sob sua autoridade para toda a comunidade – obviamente, em relação às questões pertinentes à esfera da lei que admite interpretação, conforme as discussões de autoridade religiosa da seção anterior. O autor discorre ainda sobre os motivos que teriam levado à divergência de julgamentos, ressaltando o apego ao raciocínio por analogia, que não deve ser um fim em si mesmo, devendo ser adotado somente quando conduzir ao que é bom e reconhecido.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Conforme mencionado, as primeiras escolas jurídicas islâmicas se formavam naquele período, na segunda metade do século VIII, e as decisões jurídicas levariam rumo

Na sequência da epístola, Ibn Almuqaffa<sup>c</sup> trata da situação da Síria, já mencionada anteriormente como antagonista do Iraque – ideia que surge reforçada nessa seção. Com efeito, a passagem do califado omíada ao abássida implicou a mudança do centro do califado da Síria para o Iraque, de forma que os sírios eram então considerados recém-conquistados. Embora a população da Síria seja descrita por Ibn Almuqaffa<sup>c</sup> como de “mais temíveis hostilidade e calamidade”, o autor propõe que o Comandante dos Crentes selecione uma elite que exerça o serviço califal, deixando que o resto da população síria sofra as consequências dos males por ela causados no passado; os sírios deveriam ser, portanto, excluídos das funções e comodidades que antes eles negavam aos outros. O autor termina suas observações a respeito dos sírios afirmando que, se eles forem tratados com justiça, não apresentarão mais os problemas que causaram no passado, por causa de seus ímpetos e imprudências.

O próximo assunto explorado na epístola é constituído, enfim, pelos servidores propriamente ditos do califa. A importância desse tópico é enfatizada pelo autor: “está entre as questões do governante mais dignas de exame minucioso e escolha deliberada”. Pode-se observar a proeminência desse assunto na epístola pelo fato de ser a única seção do texto na qual são citados versos de poemas, recurso comum na literatura árabe para adornar e enriquecer os textos em prosa, carregando autoridade ao assunto narrado na medida em que o situa na tradição por assim dizer intelectual e cultural dos árabes. Ibn Almuqaffa<sup>c</sup> expõe as características que devem possuir os servidores do califa, entre as quais se destacam: origem nobre; feitos heroicos; parecer e conduta apropriados à corte do

---

diferente do proposto por Ibn Almuqaffa<sup>c</sup>. A epístola foi redigida antes do aparecimento de Alshafi'i (Aššāfi'i) (767-820), sábio que estabeleceu o método para as decisões legais com base no raciocínio por analogia, partindo-se do Alcorão e da Suna, sendo que essa prática deveria ser exercida por muçulmanos qualificados, versados em religião. Quando o resultado desse raciocínio revelasse um consenso, este recebia o caráter de verdade inquestionável. Enquanto Alshafi'i estabelecia que uma questão se encerrava ao haver acordo dentro de uma comunidade, pensadores posteriores delimitaram que somente os sábios tinham competência para aplicar o raciocínio por analogia e chegar a um consenso. Já Ibn Almuqaffa<sup>c</sup> defende na epístola que o califa, com seu parecer inspirado por Deus, deveria exercer sua autoridade e unificar as divergências jurídicas sob seu julgo. Além disso, o autor adverte contra o raciocínio por analogia, que, conforme justifica, não é sempre válido.



califa; combatentes corajosos, que possuam mérito pessoal e honestidade, devendo ser promovidos do exército ao séquito do califa; versados em conhecimentos religiosos. Com efeito, a questão dos servidores do governante, como elite intelectual que deve contribuir para influenciar a sociedade com seus valores, possui posição de destaque na obra de Ibn Almuqaffa<sup>c</sup>, ele mesmo atuante como *kātib* (secretário, escriba), tendo habilmente passado do serviço aos omíadas para os abássidas.

As fontes consultadas para a fixação e tradução da *Epístola sobre os servidores do califa* foram a edição de Muḥammad Kurd °Alī (1946), a edição de Beirute de Yūsuf Abū Ḥalaqa (1960) e a versão manuscrita em árabe de Charles Pellat (1976)<sup>14</sup>. Como os manuscritos originais são textos contínuos, as diferentes edições propõem divisões temáticas de acordo com os tópicos abordados. As divisões propostas aqui correspondem parcialmente às seções intituladas propostas por Charles Pellat, que por sua vez deu títulos e propôs novas divisões ao texto editado por Muḥammad Kurd °Alī. Pellat desenvolveu também um estudo da linguagem da epístola, destacando o estilo pedregoso, falta de clareza no encaixe das ideias, em períodos longos para a época, a presença de expressões obscuras e um vocabulário que traz, por sua polissemia, obstáculos constantes ao tradutor. O caráter obscuro dessa linguagem, segundo Pellat, é devido à polissemia de certos termos recorrentes na epístola<sup>15</sup>. Não raro, a sintaxe é também fonte de obscuridades.

Ibn Almuqaffa<sup>c</sup> foi um autor inovador e pensador crítico em seu tempo: a *Epístola sobre os servidores do califa* representa um documento pioneiro da prosa árabe clássica e singular em seu gênero de teorização a respeito do poder na sociedade árabe-islâmica. Com estilo e eloquência singulares, o autor propõe conselhos práticos ao governante, apresentados

<sup>14</sup> Esta versão é baseada na edição de Muḥammad Kurd °Alī – estabelecida a partir do manuscrito caiota 581, Dār Alkutub, adab –, mas com algumas correções propostas pelo arabista francês. °Alī, Muḥammad Kurd (ed.). *Rasā'il albulagā'*. 3. ed. Cairo: Maṭba'at Lajnat Atta'lif wa Attarjama wa Annašr, pp. 39-106, 1365/1946.

<sup>15</sup> Ademais, para um estudo do vocabulário relacionado a poder e autoridade neste escrito e em outros escritos de Ibn Almuqaffa<sup>c</sup>, ver GEMIGNANI, Beatriz Negreiros. *Estudo do Vocabulário Relacionado a Poder e Autoridade em Ibn-Almuqaffa<sup>c</sup>*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Judaicos e Árabes, Departamento de Letras Orientais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

de maneira sutil e eficaz. Ibn Almuqaffa<sup>c</sup> será um modelo literário de referência para as gerações posteriores de escritores árabes, fonte de conhecimento literário e histórico que contribui para a formação moral e cultural dos indivíduos.

Como palavra final, deve-se dizer que, hoje, o texto da epístola é deveras obscuro, e isso se deve a vários fatores. O primeiro, podemos desconfiar, é o contínuo processo de deterioração de suas cópias. Quanto ao segundo, curiosamente, deve-se atentar para o fato de que a busca por clareza e desambiguação, por paradoxal que pareça, torna o texto obscuro, pois sua redação lança mão, a todo momento, de marcadores sintáticos cuja função não conseguimos determinar com clareza. O terceiro é o recorrente uso dos deverbais, em especial dos participípios ativos de nomes de ação, com a função de verbo, o que, embora previsto na gramática árabe, tornou o texto obscuro em vários pontos. E, como mais um dos fatores, deve-se arrolar o já mencionado pioneirismo de Ibn Almuqaffa<sup>c</sup>, que praticamente não tinha antecessores, com a solitária exceção de Abd Alhamid Alkatib, no que a tradição literária árabe chama de *annaṭr alfannī*, “prosa técnica” (ou “artística”). Em mais de uma ocasião, até mesmo por falta de alternativas, a tradução se viu forçada a acompanhar certas obscuridades do original.

Para a transliteração do alfabeto árabe, foi utilizado o sistema proposto por Safa Abou-Chahla Jubran em “Para uma romanização padronizada de termos árabes em textos de língua portuguesa”, publicado na revista *Tiraz* (2004). Contudo, os nomes próprios (antropônimos e topônimos) foram simplificados ou, quando existentes, usados em sua grafia aporuguesada, para facilitar a leitura.

## Bibliografia

°ALĪ, Muḥammad Kurd (ed.). *Rasā'il albulagā'*. 3. ed. Cairo: Maṭba'at Lajnat Atta'līf wa Attarjama wa Annašr, 1365/1946, pp. 39-106

ALMUQAFFA, Ibn. *Kalīla e Dimna*. Tradução, organização, introdução e notas de Mamede Mustafa Jarouche. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ALMUQAFFA, Ibn. *Risāla fī Aṣṣaḥāba*. Beirute: Ālam Alkutub, 1998.

ALMUQAFFA, Ibn. *Al'adab Aṣṣaḡīr, Al'adab Alkabīr wa Risāla fī Aṣṣaḡāba*. Edição de Yūsuf Abū Ḥalaqa. Beirute: Maktabat Dār Albayān, 1960.

Anônimo. *O Leão e o Chacal Mergulhador*. Tradução de Mamede Mustafa Jarouche. São Paulo: Globo, 2009.

ARJOMAND, Said Amir. 'Abd Allah Ibn-Almuqaffa' and the 'Abbasid Revolution, *Iranian Studies: Religion and Society in Islamic Iran during the Pre-Modern Era*. Oxford, pp. 9-36, 1994.

BLACHÈRE, R. *Éléments de l'Arabe Classique*. Paris: Maisonneuve & Larose, 1985.

CASSARINO, Mirella. *L'aspetto Morale e Religioso nell'Opera di Ibn-Almuqaffa'*. Soveria Mannelli: Rubbettino, 2000.

GABRIELI, Francesco. L'opera di Ibn-Almuqaffa', *Revista degli Studi Orientali*. Roma: Università di Roma, v. 13, pp. 197-247. 1931-1932.

GEMIGNANI, Beatriz Negreiros. *Estudo do Vocabulário Relacionado a Poder e Autoridade em Ibn-Almuqaffa'*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Judaicos e Árabes, Departamento de Letras Orientais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

GOITEIN, Shelomo Dov. A Turning point in the history of the Muslim state. Apropos of Ibn-Almuqaffa's Kitāb al-Ṣaḡāba, *Studies, Islamic History and Institutions*. Leiden, pp. 149-167, 1966.

GUIDI, Ignazio. *Libro di Calila e Dimna*. Roma: Libreria Spithöver, 1873.

ĠURAYYIB, Jūrj. *ʿAbdallāh Ibn Almuqaffa': Dirāsa fī Al'adab wa Attārīḡ*. 2. ed. Beirute: Dār Atṭaqāfa, 1971. (Coleção: *Silsilat Almawsū fī Al'adab Al'arabī*).

HOURANI, Albert. *Uma História dos Povos Árabes*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ḤURĀSĀNĪ, Muḥammad Ġufrānī Al-. *ʿAbdullāh bin Almuqaffa'*. Cairo: al-Dār al-Qawmiyya, 1965.

JUBRAN, Safa Abou-Chahla. Para uma romanização padronizada de termos árabes em textos de língua portuguesa, *Tiraz: Revista de Estudos Árabes e das*

*Culturas do Oriente Médio*. São Paulo: Humanitas FFLCH-USP, ano I, pp.16-29, 2004.

LAMPE, Gerald Edward. *Ibn-Almuqaffa: Political and Legal Theorist and Reformer*. Baltimore: The Johns Hopkins University, 1987.

LOWRY, Joseph. The first Islamic legal theory: Ibn-Almuqaffa' on interpretation, authority, and the structure of the law, *The Journal Of The American Oriental Society*. Massachusetts, v. 1, n. 128, 25p, jan./mar. 2008. (Literature Resource Center).

MARSHAM, A.; ROBINSON, C.F. The safe-conduct for the Abbasid 'Abd Allāh b. 'Alī (d. 764), *Bulletin of Soas*, London, v. 70, n. 2, pp. 247-281, 2007.

PELLAT, Charles. *Ibn-Almuqaffa': Mort vers 140/757, "Conseilleur" du Calife*. Paris: G.-P. Maisonneuve et Larose, 1976.

RICHTER, G. *Studien zur Geschichte der Älteren Arabischen Fürstenpiegel*. Leipzig: Leipziger Semitische Studien, III, 1932.

SOURDEL, Dominique. La biographie d'Ibn al-Muqaffa' d'après les sources anciennes, *Arabica*, v. 1, n. 3, pp. 307-23, set. 1954.

*TRADUÇÃO do sentido do Nobre Alcorão para a Língua Portuguesa*. Tradução de Helmi Nasr. Medina: Centro Rei Fahd para o Alcorão, 2005.